

**HABEAS CORPUS Nº 548.562 - SP (2019/0356871-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : ELEONORA RANGEL NACIF E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MAURO OTÁVIO NACIF - SP023477  
ELEONORA RANGEL NACIF - SP192992  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WILSON DECARIA JUNIOR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de WILSON DECARIA JUNIOR, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2195776-40.2019.8.26.0000).

Infere-se dos autos que o paciente teve prisão preventiva por ter supostamente praticado os delitos tipificados no art. 121, § 2º, inc. I e IV c/c o art. 29, ambos do Código Penal (homicídio qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *writ* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, por maioria, nos termos do acórdão de fls. 12/36.

No presente *mandamus*, o impetrante alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, decretada exclusivamente em virtude da gravidade abstrata do delito.

Aduz por fim, que as medidas cautelares alternativas previstas no artigo 319 do Código Penal seriam suficientes para a efetividade do bom andamento processual.

Requer, assim, em liminar, a soltura do paciente para que responda ao processo em liberdade e no mérito, a revogação da custódia, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as

# *Superior Tribunal de Justiça*

alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator